

**Samuel Dal-Farra Naspolini**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina;  
Assessor Jurídico do Ministério Público de Santa Catarina;  
Professor do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior de Florianópolis  
Professor do Curso de Direito da Faculdade de Santa Catarina - FASC.

## **PLURALISMO POLÍTICO**

**Subsídios para Análise dos Sistemas  
Partidário e Eleitoral Brasileiros em Face  
da Constituição Federal**

Curitiba  
Juruá Editora  
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 342(81)  
N263p**

**Código de barras: STJ00064274**

---

Naspolini, Samuel Dal-Farra.

N263 Pluralismo político./ Samuel Dal-Farra Naspolini./ Curitiba:  
Juruá, 2006.  
320p.

1. Pluralismo político. I. Título.

CDD 320(22.ed)  
CDU 32



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>1 - ORIGENS E FUNDAMENTOS DO PLURALISMO POLÍTICO</b>	27
1.1 Noções preliminares: as diversas acepções do pluralismo	27
1.2 Pluralismo Político	33
1.3 O Pluralismo na História do Pensamento Político	38
1.3.1 Aristóteles: Classes Sociais e Formas de Governo	38
1.3.2 Políbio: o Pluralismo Constitucional	41
1.3.3 Da Idade Média ao Surgimento dos Estados Nacionais	42
1.3.4 Montesquieu: "Corpos Intermediários" e Liberdade Política	45
1.3.5 Edmund Burke: o Ataque ao Poder Centralizado	47
1.3.6 Alexis de Tocqueville: o Primado das Associações	49
1.4 O Pensamento Moderno Antipluralista	53
1.4.1 Caracterização	53
1.4.2 Os "Sistemas Dependentes" em Thomas Hobbes	55
1.4.3 As "Sociedades Parciais" em Jean-Jacques Rousseau	58
1.5 As tendências pluralistas modernas	61
1.5.1 Pluralismo Socialista	61
1.5.2 Pluralismo Cristão	62
1.5.3 Pluralismo Liberal	64
1.5.4 Tipologias do Pluralismo	67
1.6 Sociedade Pluralista, Estado de Direito e Democracia	70
1.6.1 Pluralismo e Democracia	70
1.6.2 Pluralismo e Estado de Direito	75
1.7 O Pluralismo na Constituição Federal de 1988	77
1.7.1 Introdução	77
1.7.2 Noção e Significado de Princípio	78
1.7.3 O Pluralismo Político Segundo a Doutrina Nacional	82
1.7.4 Traços e Estruturas Pluralistas do Estado Brasileiro	85
<b>2 - OS SUJEITOS DO PLURALISMO - OS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	89
2.1 Origens	89
2.1.1 Partido, Facção e Parte Política	89
2.1.2 Partido e Facção no Pensamento Político Britânico	94
2.1.3 Partidos Internos e Externos	98
2.2 Definição	100
2.3 Classificação	105
2.3.1 Quanto à Estrutura	105



2.3.2 Quanto aos Membros	107
2.3.3 Quanto à Origem Social	109
2.3.4 Quanto aos Fins:	110
2.4 Sistemas de Partidos	111
2.4.1 Conceito de Sistema Partidário	111
2.4.2 Os Sistemas Tradicionais de Partidos	112
2.4.3 Os Sistemas Partidários Segundo Giovanni Sartori	114
2.5 Funções dos Partidos Políticos	117
2.6 Partidos Políticos e Direito: do Estado Liberal ao Estado de Partidos	123
2.6.1 Introdução	123
2.6.2 A Representação Política Liberal	125
2.6.3 Da Crise da Representação Liberal à Constituição de Weimar	127
2.6.4 O Estado de Partidos	131
2.7 O Partido Político no Brasil	135
2.7.1 Os Partidos Políticos no Império (1822-1889)	136
2.7.2 Os Partidos Políticos Durante a República Velha (1889-1930)	138
2.7.3 Os Partidos Políticos e a Era Vargas (1930-1945)	141
2.7.4 Os Partidos Políticos Durante a Democracia Populista (1945-1964)	144
2.7.5 Os Partidos Políticos e o Regime Militar (1964-1985)	148
2.8 O Partido Político na Constituição Federal de 1988	154
2.8.1 Liberdade Partidária e Natureza Jurídica dos Partidos Políticos	156
2.8.2 Controles Qualitativos	163
2.8.3 Controles Externos	166
2.8.4 Controles Formais	166

### **3 - A DINÂMICA PLURALISTA - OS SISTEMAS ELEITORAIS E OS MECANISMOS CORRETIVOS DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL**

3.1 Sistemas Eleitorais	169
3.1.1 Definição	170
3.1.2 Os Sistemas Majoritários	174
3.1.3 Os Sistemas de Representação Proporcional	178
3.1.4 Sistema Eleitoral e Sistema Partidário: uma Relação Necessária?	184
3.1.5 O Sistema Eleitoral Brasileiro	187
3.2 Os Controles Eleitorais Quantitativos: as Cláusulas de Barreira	194
3.2.1 Conceito e Fundamentos	194
3.2.2 Objetivos	197



3.3 Cláusula de Barreira no Direito Comparado	201
3.3.1 Alemanha	201
3.3.2 Argentina	206
3.3.3 Dinamarca	207
3.3.4 Espanha	208
3.3.5 França	208
3.3.6 Grécia	210
3.3.7 Holanda	210
3.3.8 Hungria	211
3.3.9 Israel	211
3.3.10 Itália	212
3.3.11 México	213
3.3.12 Nova Zelândia	214
3.3.13 Polônia	214
3.3.14 Portugal	215
3.3.15 República Tcheca	216
3.3.16 Suécia	217
3.3.17 Turquia	217
3.4 Os controles quantitativos no Direito Brasileiro	218

#### **4 - A LIMITAÇÃO PLURALISTA - O RESSURGIMENTO DOS CONTROLES QUANTITATIVOS NO BRASIL** 227

4.1 Os controles quantitativos na Lei dos Partidos Políticos	228
4.1.1 Registro	229
4.1.2 Caráter Nacional	230
4.1.3 Funcionamento Parlamentar	233
4.1.4 Fundo Partidário	240
4.1.5 Acesso aos Meios de Comunicação	242
4.2 Conseqüências dos controles quantitativos: uma abordagem retrospectiva	245
4.3 O debate sobre os controles quantitativos: os controles quantitativos em face da Constituição Federal	253
4.3.1 A Defesa dos Controles Quantitativos	255
4.3.2 A Crítica aos Controles Quantitativos	268
4.4 Os Controles Quantitativos na Jurisprudência do STF	282

#### **CONCLUSÃO** 291

#### **REFERÊNCIAS** 301

#### **ÍNDICE ALFABÉTICO** 311



## Lista de Ilustrações

<b>Tabela 1</b> – A cláusula de barreira nas eleições 1988	247
<b>Tabela 2</b> – Câmara dos Deputados após as eleições de 1998	248
<b>Tabela 3</b> – Os partidos políticos nas eleições de 2002	250
<b>Tabela 4</b> – A Câmara dos Deputados após as eleições de 2002	252

